

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO ESCOLAR**Breno Sousa Silva****Hugo Cavalcante do Nascimento****Julia Silva Rodrigues****Maki Sakamoto**Discentes, Curso de Psicologia,
Centro Universitário Fundação Santo André**Sueli Cominetti Corrêa**

sueli.correa@fsa.br

Docente, Curso de Psicologia,
Centro Universitário Fundação Santo André**RESUMO**

A cultura afro-brasileira é um pilar fundamental da identidade nacional do Brasil; apesar disso, as contribuições dos povos africanos são frequentemente subvalorizadas, inclusive no contexto escolar, o que reforça a perpetuação do racismo estrutural. Nesse sentido, este projeto visou promover a valorização da cultura afro-brasileira no ensino básico, ao contextualizar o tema e propor estratégias de inclusão no ambiente escolar. Para tal, foi feita uma revisão bibliográfica, que forneceu a fundamentação teórica para a criação de um folder educativo. O material foi entregue a profissionais da educação em uma escola estadual no município de São Bernardo do Campo, onde houve uma interação dialógica com o grupo. Os resultados obtidos foram satisfatórios: todos os que responderam ao questionário de avaliação afirmaram que a iniciativa contribuiu para seu desenvolvimento pessoal e profissional, revelando a importância de abordar o tema. Por fim, a execução deste projeto se mostrou relevante a todos os alunos responsáveis, atuando não somente como um convite à reflexão sobre a cultura afro-brasileira no ensino escolar, mas também como um chamado à luta antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: cultura afro-brasileira; Lei 10639/2003; educação antirracista; práticas pedagógicas; Educação básica.

AFRO BRAZILIAN CULTURE IN SCHOOL EDUCATION

ABSTRACT

Afro Brazilian culture is a fundamental pillar of Brazil's national identity; nevertheless, the contributions of African peoples are often underappreciated, including within the school context, thereby reinforcing the perpetuation of structural racism. In this regard, this project aimed to promote the appreciation of African Brazilian culture in basic education, by contextualizing the subject and proposing inclusion strategies within the school environment. To this end, a literature review was conducted, which provided the theoretical foundation for the creation of an educational brochure. The material was delivered to education professionals at a state school in the municipality of São Bernardo do Campo, where a dialogical interaction with the group took place. The results obtained were satisfactory: all respondents to the evaluation questionnaire stated that the initiative contributed to their personal and professional development, revealing the importance of addressing the subject. Finally, the execution of this project proved relevant to all responsible students, acting not only as an invitation to reflect on African Brazilian culture in school education, but also as a call for antiracist action.

KEYWORDS: Afro Brazilian culture. Law 10639/2003. Antiracist education. Pedagogical practices. Basic education.



1 INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira é definida pelo conjunto de manifestações culturais resultantes da influência da cultura africana no Brasil, desde o período colonial até a atualidade. Pode ser observada em diversas áreas, como, por exemplo, em festividades populares (Carnaval, Festa de Iemanjá), na música e dança (samba, capoeira), na religião (Candomblé, Umbanda), na culinária (feijoada, acarajé) e em expressões da língua portuguesa (“cafuné”, “caçula”), entre outras. Apesar das inúmeras contribuições para a formação social, econômica, política e cultural do Brasil, as raízes africanas ainda sofrem processos de negação, silenciamento e inferiorização, tanto na sociedade quanto no ambiente escolar, configurando um caso de racismo cultural.

Uma grande conquista do movimento negro foi a promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao alterar a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas, públicas ou privadas, do ensino fundamental ao ensino médio, além de incluir a data 20 de novembro no calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil, 2003).

De acordo com a legislação, o conteúdo programático deve incluir o estudo da História da África e dos africanos. Contudo, não se trata apenas de acrescentar novos conteúdos ao currículo já existente, mas de desconstruir a narrativa eurocêntrica que historicamente sustentou a supremacia branca e silenciou as vozes africanas e afro-brasileiras. Através de uma abordagem que extrapole a questão da escravidão e que explore os diversos aspectos da história e cultura afro-brasileira, para além da narrativa eurocêntrica. Dessa forma, a lei busca promover a valorização da diversidade e o combate ao racismo.

Conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP nº 3/2004), políticas de reparações e de reconhecimento consistem em programas de ações afirmativas, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com o objetivo de “corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória”. Sendo assim, a relevância do estudo desses temas não se restringe à população negra, pois todos os brasileiros devem ser educados enquanto cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriétnica, na

construção de uma nação democrática, não se tratando de substituir um foco etnocêntrico de raiz europeia por um africano (Brasil, 2004).

Fundamentada no parecer, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que consistem em “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação” (Brasil, 2004). Em 2009, foi elaborado o Plano Nacional de Implementação dessas diretrizes. Revisado em 2013, o plano visa “colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais” (Brasil, 2013), abrangendo também a Lei nº 11.645/2008, que altera a LDB ao adicionar o ensino de história e cultura indígena como obrigatório (Brasil, 2008). Em vista disso, são indicadas ações concretas como a formação continuada de professores, a atualização de materiais didáticos, a integração curricular e o monitoramento da implementação (Brasil, 2013).

Diante desse cenário, o projeto “A Cor da Cultura” surge em 2004 como uma iniciativa de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro. Criado pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o Canal Futura e ONGs parceiras, o projeto elaborou um kit educacional com recursos complementares voltados à formação de professores da rede pública. Esse material busca auxiliar na aplicação da lei nas escolas, oferecendo conteúdo teórico atualizado e relevante sobre a temática afro-brasileira e africana (Fundação Roberto Marinho, 2004).

Apesar dos avanços legais e de iniciativas como essa, a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 segue enfrentando diversos desafios. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Alana e pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra (2023), 71% das Secretarias Municipais de Educação realizam pouca ou nenhuma ação para implementá-la, sendo comum a realização de atividades apenas no mês ou semana do Dia da Consciência Negra. Observa-se, portanto, que mudanças concretas requerem a participação colaborativa dos diversos setores envolvidos (Benedito; Carneiro; Portella, 2023).

No Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA), a Ação Curricular de Extensão (ACEx) tem seus projetos estruturados considerando-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pactuado pelas nações participantes (Nações Unidas Brasil, 2025). No curso de Psicologia, os projetos estão alinhados ao ODS 3, saúde e bem-estar. Diante do exposto, o presente projeto de ACEx teve como objetivo central promover a valorização da cultura afro-brasileira no ensino básico, em conformidade com a

Lei 10.639/03, de modo a contribuir com a construção de uma educação mais inclusiva e antirracista. Considera-se que o bem-estar advindo do combate a toda forma de preconceito e exclusão beneficia toda a população, fortalece a autoestima de crianças e jovens em formação e respeita os princípios de cidadania.

Esta ação de extensão atendeu, durante sua pesquisa e construção, a outros objetivos (específicos), como: caracterizar a cultura afro-brasileira e a sua atuação na formação da identidade nacional; apresentar a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira na educação básica; propor práticas pedagógicas antirracistas e de valorização da cultura afro-brasileira. Enquanto ação efetiva, visou sensibilizar profissionais da educação em uma escola estadual na região do ABC paulista, promovendo reflexão, engajamento e, possivelmente, transformação pedagógica e social. Assim, entende-se que, ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnico-racial, a escola se torna um espaço capaz de promover a cidadania, a justiça social e a construção de um futuro mais inclusivo e democrático.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, foi feita uma revisão de literatura, definida por Gil (2019) como “um relato acerca do que foi publicado em relação ao tema que está sendo pesquisado”, com foco na Lei nº 10.639/2003. A pesquisa bibliográfica se baseou em legislações, documentos oficiais, pesquisas e livros científicos, servindo de base para a fundamentação teórica e para a delimitação da ação de extensão universitária a ser realizada.

A partir desse estudo, optou-se por selecionar os profissionais da educação como público-alvo da ação, considerando seu papel central no processo de ensino-aprendizagem. A proposta foi promover uma palestra reflexiva voltada ao corpo docente e à gestão escolar. Também foi elaborado um material educativo em formato de folder para ser distribuído e discutido (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Folder (parte externa)

Algumas referências na educação antirracista

A Cor da Cultura
Projeto de valorização do patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro e indígena. Atua na criação e distribuição de materiais pedagógicos e na formação de educadores.

Djamila Ribeiro
(Pequeno Manual Antirracista)
Pequeno manual em que a filósofa e ativista apresenta onze lições breves para entender as origens do racismo e como combatê-lo.

RACISMO É CRIME, DENUNCIE!

DISQUE 100
para denunciar violações dos direitos humanos

ou procure o SOS Racismo:
0800 77 25 377
sosracismo@al.sp.gov.br

A cultura AFRO-BRASILEIRA no ensino escolar

por Breno, Hugo, Julia e Maki

Escaneie o QR code e avalie nosso trabalho!

Feito por Breno, Hugo, Julia e Maki
(do curso de Psicologia do Centro Universitário Fundação Santo André)





Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 2 – Folder (parte interna)

O que é cultura afro-brasileira?

A cultura afro-brasileira é definida pelo conjunto de manifestações culturais resultantes da influência da cultura africana no Brasil, desde o período colonial até a atualidade.

Exemplos de manifestações da cultura afro-brasileira

Na música e dança

- Samba
- Capoeira

Na religião

- Candomblé
- Umbanda

Na culinária

- Feijoada
- Acarajé

A Lei nº 10.639/2003

O ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Brasil, conforme estabelece a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

O que é educação antirracista?

A educação antirracista envolve o conjunto de políticas e práticas educacionais que promovem a valorização da diversidade e o combate ao racismo. A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel fundamental nesse processo.

Práticas de valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar

- Investir na formação antirracista dos profissionais da educação
- Desconstruir preconceitos e evitar abordagens reducionistas (como se restringir à questão da escravidão)
- Trabalhar a literatura de autoria negra e as diversas áreas de manifestação da cultura afro-brasileira
- Realizar oficinas culturais, como de capoeira e culinária afro-brasileira
- Promover palestras e debates com personalidades negras
- Incentivar visitas a museus e centros culturais que valorizam a cultura afro-brasileira.



Fonte: Elaborado pelos autores

Além de apresentar a legislação, também se destacou a importância de integrar a cultura afro-brasileira ao currículo escolar e como isso contribui para a redução de preconceitos e para uma educação mais inclusiva. Através desse espaço de escuta, houve participação direta do público-alvo (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição do folder aos participantes



Fonte: Registrado pelos autores

Após a interação com os participantes, por meio da explanação do tema e da apresentação do folder, foi proposto um questionário de percepção. O formulário, aplicado de forma voluntária e em formato digital, solicitou que os participantes avaliassem, numa pontuação de 1 a 10, os seguintes aspectos: relevância do conteúdo abordado; material (folder) elaborado; domínio do conteúdo apresentado pelo grupo; clareza na explicação; avaliação geral. Além disso, os participantes foram questionados quanto ao exercício prévio de inclusão da temática da cultura afro-brasileira em suas práticas escolares e se a ação contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

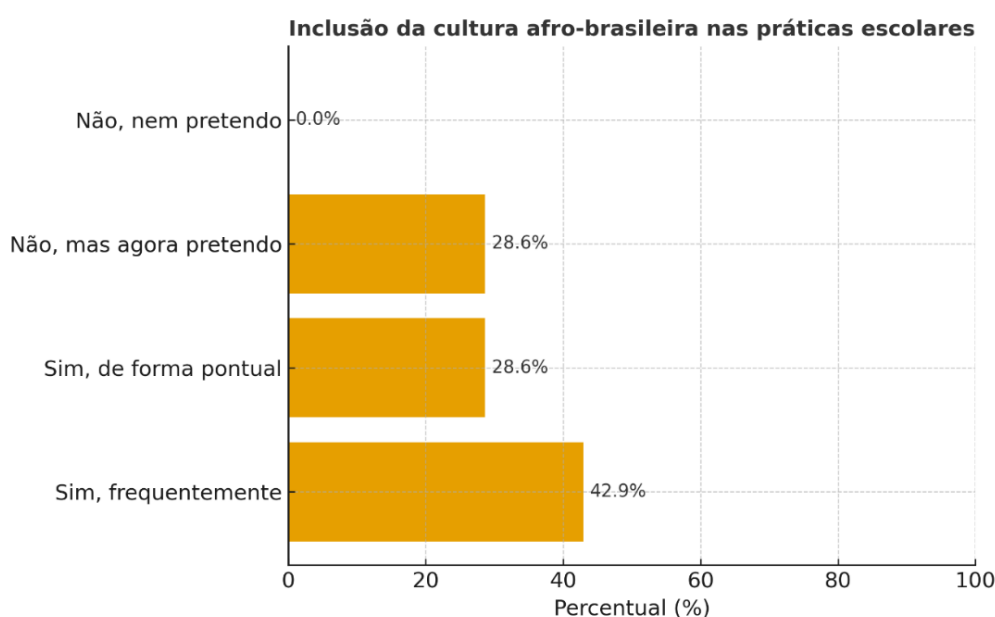
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação de extensão foi realizada no dia seis de junho de 2025, das 15h às 17h, na Escola Estadual Professora Vilma Aparecida Anselmo Silveira, situada no município de São Bernardo do Campo (SP). O público participante contou com doze profissionais da educação e se constituiu majoritariamente por professores de disciplinas como Artes, Português, Ciências, Tecnologia, Inglês, entre outras), além de alguns membros da gestão escolar. Formou-se, assim, um grupo heterogêneo e diverso, em termos de idade, gênero e etnia, diretamente envolvido no cotidiano escolar. Essa diversidade de participantes contribuiu para a pluralidade de perspectivas e enriqueceu as discussões ao longo da atividade.

Durante a ação, foi promovido um momento de diálogo reflexivo sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira no espaço escolar. A mediação da conversa teve como foco central o reconhecimento das contribuições históricas, culturais e sociais dos povos africanos e afrodescendentes na formação da identidade brasileira, assim como a problematização do racismo estrutural e de suas manifestações no ambiente educacional. A entrega do material informativo serviu como apoio à reflexão, ampliando o repertório dos participantes e incentivando a continuidade do debate.

O questionário avaliativo, que contou com a adesão de sete dos doze participantes, foi uma importante ferramenta para verificar o impacto da ação extensionista. A avaliação do público participante acerca da ação, do folder e da explicação mostrou-se positiva, e a contribuição para seu desenvolvimento pessoal e profissional foi unanimemente reconhecida, demonstrando que os objetivos foram alcançados. Destaca-se, entretanto, os posicionamentos frente a uma questão, colocada de forma estratégica, abordando se a temática afro-brasileira já fazia parte de suas práticas docentes (Figura 4).

Figura 4 – Gráfico: Inclusão prévia da temática nas práticas escolares



Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados mostram que a maior parte dos profissionais envolvidos já tinha o hábito de incluir a temática em suas atividades escolares, seja de modo frequente (42,9%) ou pontual (28,6%), o que corresponde a 71,5% da amostra. Apenas 28,6% afirmaram que não realizavam essa prática, mas demonstraram interesse em iniciá-la. Nota-se, portanto, que a ação pode ter proporcionado uma mudança de perspectiva em parte dos educadores envolvidos na proposta.

A análise desses dados representa um cenário de avanços e desafios. Por um lado, verifica-se que uma parcela expressiva (42,9%) dos profissionais já compreende a relevância de integrar a temática afro-brasileira ao currículo escolar de forma permanente. Por outro lado, a constatação de práticas pontuais ou inexistentes aponta para a necessidade de políticas formativas contínuas e de apoio institucional que fortaleçam a educação para as relações étnico-raciais.

A abordagem pontual do tema, geralmente restrita a novembro, mês da Consciência Negra, reflete uma visão limitada da cultura afro-brasileira, comumente tratada de forma desvinculada do restante do currículo escolar dos alunos. Embora bem-intencionada, essa prática pode reforçar estereótipos ou a ideia de que a história e a cultura negra não fazem parte da narrativa oficial do país. Já os profissionais que demonstraram interesse em incorporar a temática evidenciam uma abertura à mudança, o que representa uma oportunidade de intervenção estratégica, por meio de

formações, rodas de conversa, disponibilização de materiais pedagógicos e incentivo à troca de experiências.

Outro ponto relevante foi a receptividade por parte dos profissionais da educação: não houve resistência ou rejeição à proposta da ação; pelo contrário, os participantes demonstraram elevado grau de engajamento, contribuindo com relatos pessoais e reflexões sobre os desafios encontrados no enfrentamento do racismo. Assim, a postura aberta e colaborativa da equipe fortaleceu a dinâmica do encontro, possibilitando a construção coletiva do conhecimento e tornando a experiência extremamente gratificante aos alunos do curso de Psicologia envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução deste projeto de extensão universitária permitiu o cumprimento dos objetivos inicialmente propostos, uma vez que se estima ter colaborado com a valorização da cultura afro-brasileira no ensino básico, em concordância com a Lei 10.639/03. Essa meta foi possível por meio do fomento a reflexões e do estímulo a mudanças de postura, culminando no fortalecimento do compromisso com uma educação antirracista. Apesar disso, o grupo constatou que esta iniciativa representa apenas um ponto de partida para um trabalho muito mais amplo, visto que há um vasto potencial para aprofundar o debate, atingir um número crescente de profissionais e, conseqüentemente, impactar um contingente cada vez maior de estudantes.

A interação dialógica com os profissionais da educação permitiu a observação de que há, por grande parte deles, o reconhecimento da importância da representatividade, da construção de identidades positivas para estudantes negros e do combate às discriminações cotidianas que ainda persistem no ambiente escolar. Nesse sentido, a vivência da ação evidenciou que, quando há um espaço de respeito, acolhimento e diálogo, os indivíduos se mostram dispostos a repensar suas práticas e a ampliar suas perspectivas. Logo, percebe-se a urgência em atribuir visibilidade ao tema, de modo a possibilitar maior engajamento de todos os agentes envolvidos nesse processo contínuo de luta por uma educação antirracista e por uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (org.). **Lei 10.639/03**: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em:

<https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9906/1/plano.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **A Cor da Cultura**. 2004. Disponível em:
<https://futura.frm.org.br/projeto/cor-da-cultura>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book.
ISBN 9788597020991.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 mar. 2025.

